

072, 2177779

# Superporto de Praia Mole tem construção garantida

O governo apenas adiou, para meados da próxima década, a construção do superporto de Praia Mole, em sua concepção original, como esclareceu o presidente da Portobrás, Arno Markus, em visita a Vitória. Ele revelou, por outro lado, que a ampliação do terminal marítimo de Tubarão para o atendimento das necessidades de importação e exportação da futura usina siderúrgica, em substituição ao projeto postergado, somente deverá ser iniciada em março do próximo ano, ao contrário do que fora previsto.

Em decorrência de uma situação conjuntural, segundo Markus, o governo decidiu dividir o projeto original do superporto em duas fases: Praia Mole I (postergado) e Praia Mole II, como foi denominada a ampliação do terminal marítimo de Tubarão, pertencente à Vale do Rio Doce, e que será executada de imediato. Tal denominação, como explicou, prende-se ao fato de que "é mais lícito permanecer com o nome de Praia Mole (para a expansão) para dar a conotação da finalidade a que se destina aquela instalação".

## NO CONTEXTO

Nesse contexto, como explicou, Praia Mole II (ou ampliação de Tubarão, pois simplesmente haverá a construção de instalações portuárias acopladas ao terminal já existente) destina-se a atender, a tempo e a menores custos, as exigências de infra-estrutura portuária da futura usina de Tubarão, em sua fase preliminar, quando pretende produzir três milhões de toneladas/ano de placas de aço (semi-acabados).

A partir do momento em que a usina de Tubarão, e também o parque siderúrgico de Minas, dependerem de maior infra-estrutura portuária para sua expansão, o governo (Portobrás/Siderbrás) partirá para a execução do projeto de Praia Mole I, concebido originalmente para ser um dos maiores superportos da América Latina.

Desse modo, segundo o presidente da Portobrás, "teremos inicialmente o porto de Praia Mole (Praia Mole II) localizado em Tubarão e, no futuro, deveremos ter o porto de Praia Mole (Praia Mole I) localizado efetivamente em Praia Mole", muito embora as regiões estejam bastante próximas.

A decisão do governo em construir Praia Mole II, postergando Praia Mole I, como mais

uma vez explicou Markus, embasou-se principalmente no aspecto de recursos, já que o primeiro (ampliação de Tubarão) ficará em torno de 180 milhões de dólares, enquanto o original estava orçado em cerca de 270 milhões de dólares.

A partir da proposta da Vale do Rio Doce de se construírem novas instalações (Praia Mole II) junto ao seu terminal, o governo considerou mais vantajoso postergar o projeto original, mais caro, inclusive porque está comprometido com os sócios estrangeiros da usina siderúrgica de Tubarão (Japão e Itália) a apresentar, a tempo, a necessária infra-estrutura portuária, o que talvez não fosse mais possível insistindo-se com Praia Mole I, pois a usina começa a operar no final de 1982.

De acordo com Markus, em janeiro deverá ser aberta a concorrência pública para a construção de um imprescindível acesso rodoviário (estrada de serviço) até Praia Mole II, na Ponta de Tubarão, por onde serão transportadas as pedras destinadas ao enrocamento, a ser iniciado simultaneamente.

No momento, como lembrou, a Portobrás está terminando alguns estudos, que foram necessários para possibilitar as adaptações de Praia Mole I (projeto original) em Carapina para Praia Mole II, em Tubarão. A empresa realiza atualmente levantamentos batimétricos finais e sondagens geológicas, que, segundo Markus, "deverão estar concluídos até o final deste ano".

Para a construção de Praia Mole II, a Portobrás se utilizará do canal dragado e de toda infra-estrutura já existente no terminal marítimo de Tubarão. Segundo as adaptações do projeto de Praia Mole I, será necessário apenas construir um novo molhe (abrigo) e dois berços para carvão (para receber navios de até 120 mil toneladas de porte bruto-tpb) e dois berços para placas de aço (para navios de até 60 mil tpb e 80 mil tpb, respectivamente).

Quanto aos recursos para a ampliação de Tubarão (Praia Mole II), Markus salientou que não existe qualquer problema, inclusive porque o governo japonês, segundo acordo firmado há alguns meses, deverá financiar 62 milhões dos 180 milhões de dólares em que a obra está orçada. O total restante será coberto pela Portobrás, Siderbrás e Vale do Rio Doce.